

PENSAMENTO MIDIÁTICO E COMUNICACIONAL

CORPOS E REDES: IMAGENS E CENAS DISSENSUAIS NOS REPERTÓRIOS DE AÇÃO DO MOVIMENTO SECUNDARISTA¹

*BODIES AND NETWORKS: IMAGES AND SCENES OF DISSENSUS IN
THE ACTION REPERTOIRES OF THE SECONDARY SCHOOL STUDENTS'
MOVEMENT*

*CORPOS Y REDES: IMÁGENES Y ESCENAS DE DISENSO EN LOS REPERTORIOS
DE ACCIÓN DEL MOVIMIENTO DE ESTUDIANTES DE ESCUELAS
SECUNDARIAS*

Francine Altheman²

Angela Cristina Salgueiro Marques³

Resumo: este artigo analisa imagens dos protestos dos secundaristas na cidade de São Paulo, de modo a perceber como a cena enunciativa e insurgente da rua nos apresenta: (i) um excesso de corpos vulneráveis e resistentes em circulação no espaço urbano; (ii) um excesso de possibilidades de usos não previstos desses espaços; e (iii) um excesso de palavras que, na materialidade comunicativa e estética dos cartazes, foge dos canais midiáticos tradicionais. Para compreender esses aspectos, foram analisadas as imagens dos protestos nas ruas veiculadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*; para contrapor a cobertura tradicional desses veículos de comunicação, escolheu-se analisar também a cobertura realizada pelo *Jornalistas Livres* e pelo *El País Brasil*. Para analisar as imagens sob o ponto de vista político e estético, recorreremos especialmente aos textos de Rancière (em sua interface com Foucault e Butler).

Palavras-chave: Cenas de dissenso. Estética da resistência. Secundaristas.

¹ O texto deriva de pesquisa apoiada pelo CNPq e pela Fapemig.

² ORCID: [0000-0002-1768-7617](https://orcid.org/0000-0002-1768-7617). E-mail: franaltheman@gmail.com

³ ORCID: [0000-0002-2253-0374](https://orcid.org/0000-0002-2253-0374). E-mail: angelasalgueiro@gmail.com



Abstract: the aim of this article is to analyze images of secondary school students' protests in the city of São Paulo, in order to understand how the enunciative and insurgent scene of the street shows us: (i) an excess of vulnerable and resistant bodies in circulation in urban space; (ii) an excess of possibilities of unplanned uses of these spaces; and (iii) an excess of words that, in the communicative and aesthetic materiality of handmaid posters, escapes from traditional media channels. To understand these aspects, we analyzed the images of the protests in the streets published in *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* newspapers; to counter the traditional coverage of these communication vehicles, it was also decided to analyze the coverage made by *Jornalistas Livres* and *El País Brasil*. In order to analyze the images from a political and aesthetic point of view, we especially use the texts of Rancière (in dialogue with Foucault and Butler).

Keywords: Scenes of dissensus. Aesthetics of resistance. Secondary school students.

Resumen: este artículo analiza imágenes de los protestos de estudiantes de escuelas secundarias en la ciudad de São Paulo, para percibir cómo la escena enunciativa e insurgente de la calle nos presenta: (i) un exceso de cuerpos vulnerables y resistentes en circulación en el espacio urbano; (ii) un exceso de posibilidades de usos no previstos de esos espacios; y (iii) un exceso de palabras que, en la materialidad comunicativa y estética de los carteles, huye de los canales mediáticos tradicionales. Para comprender estos aspectos, se analizaron las imágenes de los protestos en las calles vehiculadas en los periódicos *Folha de S. Paulo* y *O Estado de S. Paulo*; para contrarrestar la cobertura tradicional de esos vehículos de comunicación, se escogió analizar también la cobertura realizada por *Jornalistas Livres* y por *El País Brasil*. Para analizar las imágenes desde el punto de vista político y estético, recurrimos especialmente a los textos de Rancière (en su diálogo con Foucault y Butler).

Palabras clave: Escenas de disenso. Estética de la resistencia. Estudiantes de la escuela secundaria.

Introdução

Importantes movimentos de resistência ocorridos no mundo todo no século 21 ficaram sob os holofotes dos tradicionais veículos de comunicação após grandes ocupações de espaços públicos. Podemos citar como exemplo a Primavera Árabe e a emblemática imagem da Praça Tahrir, no Egito, ocupada por milhares de manifestantes; nos Estados Unidos, a população tomou o centro financeiro de Nova Iorque, com o *Occupy*; os espanhóis tomaram as ruas de Madrid, em um movimento que ficou conhecido como Indignados. Além de ocupar as ruas

e evidenciar sua potência, esses movimentos têm em comum o surgimento em um momento de profunda crise financeira, que questiona e recusa o sistema capitalista neoliberal globalizado, desnuda a desigualdade socioeconômica desses países e propõe novas formas de produção e circulação de enunciados em cenas polêmicas. Grande parte de seus integrantes é composta pelos “precariados”, sujeitos de diversas origens sociais, desempregados, estudantes endividados e inseguros quanto ao futuro, jovens desencantados com a democracia e com a política, tomadas pelos interesses do capital (DELLA PORTA, 2015).

No Brasil, as Jornadas de Junho de 2013, organizadas inicialmente pelo *Movimento Passe Livre*, foram inspiradas nas resistências supracitadas e tiveram como estopim a luta pelo transporte público de qualidade (e o direito à cidade) e contra o aumento da tarifa proposto pelos governos. Existem interpretações diversas sobre esse momento na história do Brasil e seus desdobramentos políticos, mas é fato que as Jornadas abriram espaço para uma multiplicidade ambivalente de protestos em uma centena de municípios do País (ALONSO; MISCHÉ, 2017; MENDONÇA, 2015).

Esses movimentos de organização coletiva, chamados “os mais novos movimentos sociais” (DAY, 2004), ou movimentos de insurgência (FOUCAULT, 2010; COMITÊ INVISÍVEL, 2016), têm outras comunalidades importantes: notável capacidade de comunicação, com inovação e criatividade nas formas de disseminar seus propósitos de contestação social; horizontalidade, apartidarismo e negação e/ou rompimento com o Estado; e o uso das redes sociais, como Facebook e Twitter, em sinergia estratégica com as ocupações dos espaços públicos (BUTLER, 2011; HARVEY, 2014; CASTELLS, 2013).

Dessa forma, apesar de os novíssimos movimentos sociais terem como característica peculiar o intenso uso das redes sociais digitais, a insurgência se dá também nas ruas, com os corpos tomando o espaço público e configurando-se como corpo político coletivo que *performa* suas ações a partir de uma cena de aparência em que corpos singulares ganham significância recíproca. Como afirma Butler (2011), a ação política toma forma pela construção de alianças entre corpos vulneráveis, inseridos em uma rede de relações que demarcam seus limites, mas também redefinem constantemente as coordenadas de suas ações.

São essas características das insurgências – os corpos tomando o espaço das ruas e explorando-o de modo diferente daquele previsto institucionalmente como forma de tática política – que esse artigo pretende analisar, tomando como

objeto específico o movimento dos secundaristas⁴ na cidade de São Paulo, que ocorreu em 2015 após o governo do estado anunciar uma reorganização escolar, que resultaria em mudanças drásticas para os estudantes a partir de 2016.

Assim, este artigo busca, em um primeiro momento, contextualizar a dinâmica dos novíssimos movimentos sociais, por meio dos estudos de Day (2004) e das reflexões de Lazzarato (2006), com os conceitos de resistência, poder, rompimento com o estado de dominação e uma nova forma de se fazer política, bem como de Foucault (2010) e Comitê Invisível (2016) sobre as insurgências e suas características.

Essas técnicas estão relacionadas à tomada das ruas, à estética, aos símbolos e às *performances* (BUTLER, 2011; GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009; HARVEY, 2014), mas também à vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos (BUTLER; GAMBETTI; SABSAY, 2016).

Para compreender alguns aspectos relacionados à estética dos movimentos nas ruas, iremos analisar as imagens dos protestos dos secundaristas nas ruas da cidade no primeiro momento do movimento, antes das ocupações das escolas, em outubro de 2015, veiculadas nos principais jornais brasileiros, com sede na cidade de São Paulo, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*; para contrapor a cobertura realizada por esses dois veículos de comunicação tradicionais, escolheu-se também analisar a cobertura realizada por um veículo alternativo, o *Jornalistas Livres*, e um veículo que não tem tradição no Brasil, já que começou a cobrir o País recentemente, o *El País Brasil*.

As imagens fotojornalísticas veiculadas nessas coberturas jornalísticas nos interessam por dois motivos principais: primeiro porque nos auxiliam a perceber o que Rancière (2000b) chama de estética da política, indicando que a política é, acima de tudo, uma disputa pela definição da organização material do sensível (o que pode ser dito, visto e escutado). Tal disputa se apoia na interação comunicativa dos sujeitos e ressalta as ações e táticas que geram intervenções na ordem do sensível que divide o mundo comum entre regimes de visibilidade e invisibilidade, criando pontos de resistência ao inaugurarem cenas dissensuais e polêmicas nas quais os indivíduos se constituem como sujeitos políticos. Nesse sentido ampliado, Rancière concebe um método igualitário de análise da produ-

⁴ Diversos levantes de secundaristas têm acontecido desde 2015 em vários estados brasileiros, cada qual com pautas específicas, algumas diferenças e muitas comunalidades, como as formas de organização e a luta pelo reconhecimento dos estudantes como interlocutores nos processos decisórios sobre a educação pública de qualidade. Para este artigo, com o objetivo de recortar o objeto, será considerado apenas o levante que aconteceu em São Paulo.

ção enunciativa dos sujeitos em busca de justiça social cujo aspecto central é a política da estética, ou seja, os modos diferenciados de circulação da palavra, de exposição do visível e de produção de afetos e desejos que impulsionam as lutas coletivas. Nessa definição de seu método, ele nos apresenta uma contraposição vital entre o excesso (suplemento) e a saturação. De modo bem sintético, é possível dizer que há uma ordem sensível consensual que busca adequar corpos, enunciados e fazeres em lugares definidos de forma que não haja vazios ou sobras. Mas tensionando essa ordem há outra, dissensual e política, que insiste em mostrar uma conta malfeita, interrompendo e desajustando o regime policial de adequações e controles.

Em segundo lugar, interessa-nos observar também como a cena enunciativa e insurgente da rua nos apresenta um excesso de corpos em circulação no espaço urbano; um excesso de possibilidades de uso não previsto desses espaços e um excesso de palavras que, na materialidade dos cartazes, foge dos canais midiáticos tradicionais que geralmente se apropriam (quando o fazem) de forma redutora dos dizeres sociais.

Movimento dos secundaristas nas ruas

Apesar da infundada marca de apatia política que acompanha os jovens ou do aspecto de vulnerabilidade que condiciona seu agir (já que eles raramente alcançam o status de interlocutores nos processos decisórios, sendo visto como incapazes de representarem a si mesmos, sendo a sua cidadania por várias vezes tutelada), eles têm tido papel marcante nos contextos dos mais novos movimentos sociais.

A necessidade de conter a juventude, seja por meio de leis repressivas, pelas práticas policiais ou pela tecnologia, demonstra certo medo do potencial da militância estudantil. Entende-se esses movimentos como experimentações criativas, insurgentes, fundantes, que não podem ser estudados com o apoio de discursos e teorias pautados em ideologias neoliberais. É preciso pensar em um novo contexto e léxico para refletir acerca das ações, processos comunicativos e existência desses movimentos, levando em conta as suas peculiaridades.

Pesquisas realizadas nos últimos anos com jovens brasileiros (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012; SOUTO; SILVA, 2009) têm mostrado que, para os estudantes, a escola é um espaço que causa estranhamento e apatia, pois não fomenta a participação dos próprios atores sociais que frequentam esse espaço público. Por outro lado, ao se colocarem como sujeitos políticos do processo escolar, envolvendo-se nas decisões de assuntos que afetam o cotidiano escolar, mesmo

que, para isso, tenham que romper com o governo instituído, os jovens tendem a considerar a escola como um espaço que potencializa a política (CASTRO, 2012).

Essas pesquisas corroboram com a insurgência estudantil que acontece no País a partir de 2015. Percebendo a importância da ação direta, e não apenas do ativismo digital, e partindo de um gesto político que elege o agonismo e a articulação como forma de expressão política, estudantes secundaristas promovem um movimento contestatório que ganha relevância nacional e passa a configurar modos de resistência e experimentação de outras possibilidades de organização política coletiva.

Esses movimentos tiveram início em São Paulo por causa da proposta de reorganização escolar anunciada pelo governo do estado. No dia 23 de setembro de 2015, os principais jornais noticiavam o programa de reorganização da rede de ensino (MONTEIRO [2015], 2018), que iria transferir, já no ano letivo seguinte, mais de um milhão de alunos para que as escolas fossem divididas por ciclos. Como consequência dessa medida, mais de 150 escolas seriam afetadas, com encerramento de turnos e ciclos.

Ainda em setembro, inicia-se um levante nas redes sociais digitais promovido pelos alunos secundaristas, que questionam o programa proposto pelo governo e reivindicam mais informações, em um primeiro momento. Com o descaso que se segue por parte do governo e com o final do ano letivo se aproximando, os alunos começam a saber, pela própria escola, que não estudarão mais ali, mas também não há informação sobre a escola em que iriam estudar. Vários alunos que estão nessa situação começam a usar o Facebook para discutir o assunto e decidir o que fariam. O movimento tem suas primeiras discussões na rede, ainda no final de setembro, por meio de *hashtags* como #AEscolaÉNossa, #ÉNóisQueManda e #LutarPeloNossoDireito (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

A partir daí, acontece uma sucessão de eventos, que mostram o rompimento dos estudantes com o governo e a consequente insurgência de um movimento que culminaria com o recuo do governo na proposta de reorganização escolar – pelo menos temporariamente – e com a renúncia do secretário de Educação em dezembro daquele ano. Essa onda de protestos, conhecida como movimento de secundaristas, começou com fechamento de ruas em São Paulo, fomentado por *performances* criativas dos alunos e culminou com a ocupação de mais de 200 escolas, entre novembro e dezembro de 2015.⁵

⁵ Contagem realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) em tempo real, entre os dias 8 de novembro de 2015 e 19 de janeiro de 2016.

A instituição do movimento, após a ruptura com o governo, ocorre via processos de comunicação próprios para a manutenção e organização das formas de gestão autônomas das ocupações. A apropriação da internet e o ativismo em rede, como vimos, são alguns dos processos comunicativos dos novos modos de insurgência que aparecem no movimento dos secundaristas. Desse modo, as experiências ligadas ao movimento estão intimamente relacionadas aos processos comunicativos que o permeiam: eles aparecem tanto na interação dos próprios sujeitos políticos, caracterizando suas experiências e fazeres cotidianos, quanto na sua própria produção midiática, que precisa enfrentar a cobertura dos veículos de comunicação tradicionais utilizando as redes sociais e as mídias alternativas.

Entretanto, as estratégias nas redes sociais estão em sinergia com as táticas do movimento nas ruas. Entre o fim de setembro e o início de novembro, momento em que começam as ocupações das escolas, foram identificados mais de 160 protestos⁶ em dezenas de cidades do Estado (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). As mobilizações eram carregadas de *performances* e criatividade: além dos tradicionais cartazes e obstrução de ruas, os estudantes simulavam salas de aula ao trancar as ruas⁷, promoviam atos-debates, eventualmente faziam barricadas⁸ ou dramatizavam a passeata, amarrando-se uns aos outros. É justamente essa dimensão performática da aparição pública dos corpos e palavras insurgentes que nos interessa mais de perto, sobretudo em sua interface com a noção de igualdade enunciativa em Rancière.

Política e estética dos corpos nas ruas

O sujeito político age para retirar os corpos de seus lugares assinalados, libertando-os de qualquer redução à sua funcionalidade. Ele busca configurar e (re) criar uma cena polêmica sensível na qual se inventam modos de ser, ver e dizer, promovendo novas subjetividades e novas formas de enunciação coletiva. Essa

⁶ Como o levante aconteceu em diversas cidades ao mesmo tempo, não se pode afirmar com precisão a quantidade total de protestos naquele momento. Identificou-se 163 levantes, mas é possível que a quantidade seja maior.

⁷ ROSSI, Marina. Secundaristas se organizam com “manual de como travar uma avenida”. *El País Brasil* (on-line), São Paulo, 30 de novembro de 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/politica/1448911113_482695.html. Acesso em: 29 jun. 2018.

⁸ Os estudantes tomaram como referência o *Manual de Como Travar uma Avenida*, produzido pelo coletivo “O Mal-Educado” (Coletivo que surgiu com o intuito de promover grêmios estudantis livres e que, em 2015, se engaja no movimento de secundaristas, incorporando muitos dos estudantes que começaram os protestos), que por sua vez se inspirou em documentos produzidos por estudantes chilenos durante a Revolta dos Pinguins (movimento de estudantes secundaristas que aconteceu no Chile em 2006 e 2011 e que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade) e em estudantes argentinos da Frente de Estudiantes Libertarios (inspirada no movimento estudantil chileno, organização político-social com forte orientação do novo anarquismo).

cena possibilita a emergência de sujeitos de enunciação, a elaboração e manejo dos enunciados, a instauração de *performances* e embates aí travados, colocando em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes (ALTHEMAN; MARQUES; MARTINO, 2017).

A criação dissensual de cenas e de personagens, de manifestações e enunciações feitas pelo sujeito político é uma das nuances importantes para compreender a tomada das ruas pelos secundaristas em 2015. Uma cena de dissenso é estética e política ao mesmo tempo porque é o resultado da constituição de uma esfera específica de objetos supostamente comuns e de sujeitos supostamente capazes de descrever essa comunidade, de argumentar sobre ela e de decidir em seu nome (RANCIÈRE, 2009).

Por outro lado, ao sair do ambiente protegido das redes sociais digitais e ganhar as ruas, os corpos ficam mais vulneráveis, sem incapacitá-los ou enfraquecê-los em sua agência. A vulnerabilidade é recorrentemente associada com a vitimização ou a incapacidade de ação. É importante atentar para como os discursos neoliberais sobre vulnerabilidade e proteção rotulam indivíduos e grupos como “inúteis” e se isso leva à discriminação, estereotipagem e intervenções paternalistas indesejáveis.

Butler, Gambetti e Sabsay (2016) buscam avaliar aspectos de vulnerabilidade que informam modos de resistência, questionando esses enquadramentos e afirmando que a aparição física na cena pública é uma exposição deliberada diante do poder, de modo que coletividades e pluralidades sejam colocadas em comum através da performatividade e da interdependência.

São esses dois aspectos, a ruptura com o consenso ligada à *performance* e, conseqüentemente, a vulnerabilidade ligada às táticas do movimento, que analisaremos nas imagens. Antes, porém, pretendemos compreender como Rancière traçou um método para observar os enunciados ligados à resistência.

O excesso de corpos e palavras nas ruas: perturbação da ordem consensual

Ao explicar seu método igualitário, Rancière (2000b; 2009) esclarece primeiramente que a igualdade dos seres falantes intervém na divisão consensual do sensível como um suplemento, um excesso, uma ruptura com as leis naturais que organizam e coordenam a gravitação dos corpos sociais. Ao mesmo tempo, ele afirma que a igualdade se refere ao potencial de paridade que existe nas práticas realizadas pelos sujeitos. Isso não equivale a pensar a igualdade como “conjunto

de direitos atribuídos a indivíduos e populações, com instituições especializadas na redução da distância entre fatos e normas” (2000b, p. 6). Quando explica seu método a partir da obra *A noite dos proletários*, Rancière insiste em mostrar que não leu os textos por eles escritos como documentos que expressavam a condição ou cultura dos trabalhadores (ou seja, não se tratava de recolher documentos que detalhavam problemas expressos na linguagem do povo). Em vez disso, procurou lê-los como “invenções de formas de linguagem similares a todas as outras”, como textos literários e filosóficos, cuja “[...] valência política estava na sua reivindicação da eficácia da literalidade, nos poderes igualitários da linguagem, indiferente com relação ao status do falante” (RANCIÈRE, 2000a, p. 116).

Não se trata apenas de produzir novas interpretações sobre enunciados ou objetos, desnaturalizando as interpretações institucionalizadas, mas de invenção de outro vocabulário, apresentando novos termos, novos enunciados ao lado daqueles que foram adquirindo força de lei. O próprio gesto da escrita é ressignificado nesse processo, uma vez que cria “um certo espaço comum, um modo de circulação da linguagem e do pensamento que não possui nem um emissor legítimo e nem um receptor específico, nem tampouco um modo de transmissão regulado” (2000b, p. 12). Esse espaço de reinvenção de enunciados confere à literatura papel especial na construção da igualdade entre os interlocutores.

O método da igualdade de Rancière, expresso na citação acima, consiste em procurar nas narrativas das pessoas a subversão de uma *performance* da desigualdade. Na construção e escrita de sua experiência sensível, o operário implementa um “como se” diferente que desloca a lógica que o remete a um dado lugar social. Não há aqui um uso das artes, da literatura e da escrita como instrumento de libertação da consciência e instauração de uma revolução contra a opressão de classe. Rancière aposta em um reenquadre da situação de opressão: ela não deixa de existir, porém há uma transformação molecular dos afetos que permitem uma abertura a novas percepções: “[...] esse contra-efeito, que resulta de seu modo de reenquadrar o espaço e o tempo de exercício de sua força de trabalho é a fonte de um novo prazer, o prazer de uma nova liberdade” (RANCIÈRE, 2009, p. 277).

Quando o operário lê e escreve, ele fabula: inventa novas formas e possibilidades de ser, desfazendo a relação entre a tarefa que seu corpo executa e o que figura como sua preocupação intelectual. Assim, a operação fabuladora da escrita e da leitura não tem como objetivo conhecer o que era ignorado e agir sobre uma realidade injusta. O desenvolvimento da intelectualidade do operário e as atividades de leitura e escrita que realizam durante a noite revelam um

curto-circuito na circulação hierarquizada dos saberes e enunciados, tornando a enunciação disponível a todos.

Na seção seguinte, iremos contrapor dois conjuntos de imagens: o primeiro nos apresenta o silenciamento e apagamento de corpos e palavras, cooptados pelos modos operatórios do discurso da mídia tradicional e devolvidos à ordem policial de partilha do sensível. Já o segundo, revela em detalhes os cartazes escritos à mão pelos secundaristas que, ao tomarem para si o gesto de inventar e fazer circular suas próprias palavras, colocam em prática o mesmo gesto dos operários que tiveram suas cartas analisadas por Rancière: um modo de circulação da palavra escrita que pertence à partilha democrática do sensível.

O objeto analisado

Para a análise proposta neste artigo, escolhemos observar o primeiro levante do movimento dos secundaristas nas ruas, que aconteceu na primeira quinzena de outubro, logo após o anúncio da reorganização escolar.⁹ Para tanto, recortamos como amostra as imagens veiculadas em coberturas jornalísticas de quatro veículos de comunicação da cidade de São Paulo nesse período.

São as fotografias veiculadas por esses jornais, especificamente *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em suas versões impressas, que vamos analisar neste trabalho. Para isso, refletimos sobre as táticas e estratégias usadas pelos estudantes ao tomar as ruas, relacionadas à estética, aos símbolos e às *performances* (RANCIÈRE, 1995; 2010; GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009; HARVEY, 2014), bem como à vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos (BUTLER; GAMBETTI; SABSAY, 2016; FOUCAULT, 2010). Para contrapor a análise realizada nos jornais supracitados, vamos analisar também as imagens veiculadas no mesmo período em outros veículos de comunicação, considerados mais abertos ao movimento dos secundaristas. São eles: *El País Brasil* e *Jornalistas Livres*.

É importante ressaltar que, na primeira quinzena de outubro de 2015, os estudantes secundaristas foram às ruas praticamente todos os dias para protestar contra o processo de reorganização escolar. As imagens produzidas nesse período – uma vasta quantidade de imagens – tiveram muita repercussão nas redes sociais digitais, por meio do compartilhamento nas páginas do próprio movimento. No entanto, os veículos de comunicação tradicionais, como *Folha de S. Paulo* e *O*

⁹ O governo do Estado de São Paulo anuncia a reorganização escolar no dia 23 de setembro de 2015; logo, os estudantes começam a se mobilizar pelas redes sociais, mas o primeiro protesto nas ruas só acontece no início de outubro.

Estado de S. Paulo, pertencentes a grandes conglomerados de mídia, deram pouca cobertura ao levante. Outros veículos, com menos tradição no Brasil, como o *El País Brasil*, deram um pouco mais de abertura ao movimento, trazendo coberturas mais abrangentes e aprofundadas sobre os protestos. Já os *Jornalistas Livres*, veículo de comunicação alternativo e fortemente vinculado a questões sociais, cobriu o movimento dos secundaristas praticamente em tempo real.

Como as coberturas dos veículos analisados foram heterogêneas, escolhemos analisar as matérias de um mesmo período, nem sempre veiculadas no mesmo dia. Trata-se, no entanto, do mesmo protesto, no mesmo dia, com os mesmos estudantes, em todas as amostras recolhidas.

A leitura dessas imagens visa evidenciar a invenção de uma cena polêmica de aparência e agência dos secundaristas, na qual o processo tradicional e despolitizante de enquadre tem dificuldade em dar a ver um sujeito coletivo múltiplo, portador de vários “nomes” e passível de ocupar lugares que, a princípio, não lhes foram designados (MARQUES, 2014).

Os corpos nas imagens: vulnerabilidade, apagamento e controle

É importante olhar para os modos de “aparência” performática dos sujeitos na imagem e questioná-los em busca das fissuras que nos indicam que a moldura do enquadramento não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. O enquadramento não é capaz de conter completamente o que transmite e, por isso, se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo. Pior: o enquadramento que torna os vulneráveis visíveis nos discursos midiáticos contribui negativamente para intensificar sua precariedade e apagamento.

A matéria veiculada no jornal *Folha de S. Paulo* (Figura 1) reduz o protesto dos alunos ao pano de fundo da imagem. Não só os corpos dos estudantes estão apagados como também o enunciado escrito sobre a faixa. Essa operação do enquadramento silencia os jovens conferindo-lhes uma espécie de visibilidade invisibilizadora. Honneth (2003) não associa a invisibilidade a uma não presença física, mas sim a uma não existência social e comunicacional. A visibilidade só se concretiza quando um indivíduo sabe que foi considerado, escutado por seus parceiros na interação através de reações claras, as quais revelam que a outra pessoa mostra que ela o percebe. Sob esse aspecto, a vulnerabilidade moral en-

volve a negação do status moral de um indivíduo como participante de relações recíprocas de diálogo.

Figura 1 – Silenciamento e apagamento de corpos e palavras



Fonte: Reprodução de imagem de matéria de publicada por OTTA (2010) na *Folha de S. Paulo*, em 14 out. 2015, com foto de Eduardo Knapp/Folhapress.

A matéria veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo* (Figura 2) também nos oferece um enquadramento que apaga as marcas de enunciação dos jovens, colocando-os bem ao fundo da imagem, dissolvendo-os na paisagem urbana da avenida Paulista, como que a dissolvê-los também via ação do poder econômico. A mídia tradicional cria barreiras para a legibilidade da palavra de protesto, uma vez que detém o controle das formas majoritárias de circulação dos enunciados e discursos. Ela atua na contramão do excesso e do exercício político de inscrição dissensual de corpos e palavras na cena pública urbana.

Figura 2 – Enquadramento apaga as marcas de enunciação dos jovens



Fonte: Matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 10 out. 2015 – Caderno Metrópole – Página A19, com foto de Taba Benedicto/ Agência O Dia.

Os jovens aqui não são seres de fala, mas sim objetos de uma paisagem urbana na qual impera o poder do capital. Ao sair do ambiente protegido das redes sociais digitais e ganhar as ruas, os corpos ficam vulneráveis, mas todos os indícios que revelam que nem por isso eles se tornam incapacitados ou enfraquecidos são apagados. A vulnerabilidade é recorrentemente associada com a vitimização ou a incapacidade de ação (BUTLER; GABETTI; SABSAY, 2016). Nesse caso, o poder da mídia atua justamente na produção de enquadramentos que tendem ora a mostrar uma ausência de ação (ou ação controlada, contida pela força policial), ora uma ação classificada como “vandalismo”, “baderna”, “depredação do bem comum”.

Butler, Gambetti e Sabsay (2016) não negam que a vulnerabilidade ligada à autoexposição pode ser um recurso importante para a promoção de modos de ação coletiva, promovendo princípios de justiça. As autoras buscam avaliar aspectos de vulnerabilidade que informam modos de resistência, questionando enquadramentos que recusam formas de agência política desenvolvidas em condições de dureza, sem presumir que elas sempre serão eficazes. A vulnerabilidade estaria associada à aparição física na cena pública como uma exposição deliberada diante do poder, fazendo parte da resistência política como ato corporal. Contudo, nesse caso, a vulnerabilidade dos jovens, de seus corpos e dizeres está no cerceamento duplo de sua capacidade de agência: nas ruas (pelo aparato policial opressor) e na mídia (pelo aparato discursivo do jornalismo tradicional). As relações de poder, tal como definidas por Foucault (1995), restringem as ações atuais e virtuais (futuras) dos sujeitos, em uma tensa relação entre liberdade e constrangimento. Diante das relações que configuram a vulnerabilidade, temos diferentes modalidades e graus de passibilidade e resposta, que operam juntas, implicando, sobretudo, nosso corpo político.

A potência política de uma imagem é aquela que produz uma recombinação de signos capaz de desestabilizar as evidências dos registros discursivos dominantes (BUTLER, 2015). Identificar tal potência política se torna possível a partir do momento que indagamos as imagens menos a partir de uma pretensa “mensagem política” a ser decifrada, e mais a partir dos dispositivos de visibilidade que definem e impõem constrangimentos e cerceamentos aos modos como se constroem, na imagem, possibilidades de apresentação e de aparência dos indivíduos determinadas por certa partilha consensual e policial do sensível. Segundo Butler (2015, p. 14), os enquadramentos são operações de poder: “não

decidem unilateralmente as condições de aparição dos sujeitos e acontecimentos, mas seu objetivo é delimitar a esfera da aparição enquanto tal”.

Uma imagem é política quando deixa entrever as operações que influenciam na interpretação daquilo que vemos, ou seja, a potência política está tanto nas imagens (materialidade sógnica) quanto nas relações e operações que as definem. Essas operações influenciam na caracterização política do que vemos: são as relações que definem as imagens, isto é, as relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito artístico, que pré-configuram enunciados, que montam e desmontam relações entre o visível e o invisível, o dizível e o silenciável. Como afirma Rancière, “a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado” (2007, p. 199) e os modos de sua captura. Nesse sentido, a politicidade das imagens emerge também quando elas permitem não uma identificação imediata com a alteridade figurada, mas um estranhamento diante da diferença que resiste às classificações apressadas (a contemplação demorada prevalece sobre a “devoração” instantânea).

As imagens acima mostradas nos fazem questionar sua potencialidade política, uma vez que operam em um regime de (in)visibilidade capaz de regular e constranger o “aparecer” dos secundaristas, além de um contínuo saturado entre imagem, legenda e texto, em que se perde toda a probabilidade de expressão e figuração da alteridade em sua potência radical.

Cartazes e corpos que gritam... que falam

Há, por outro lado, imagens produzidas por veículos menos conservadores e alternativos que trazem os jovens e seus cartazes para o primeiro plano. Nas manifestações dos jovens, o cartaz certamente é uma arte minoritária extremamente potente, capaz de colocar em prática o excesso dissensual e a literaridade (que pode ser definida como um modo de circulação da palavra escrita que pertence à partilha democrática do sensível). Feitos no calor da hora, escritos de próprio punho, o cartaz (empunhado e carregado junto aos corpos em movimento) revela o modo como os secundaristas produziram uma escrita desgarrada das redes sociais (que, por mais liberdade que promovam, estão minadas pelos fluxos controladores do capital) e da mídia tradicional. O próprio gesto de feitura do cartaz e de carregá-lo junto a si é político, uma vez que a política da escrita consiste em uma forma de experiência estética baseada na libertação da palavra de seus fluxos habituais de produção e circulação e na igualdade que se instaura quando qualquer um pode dela se assenhorar, sem a necessidade de seguir um

roteiro ou fórmulas específicas de enunciação. Trata-se de uma igualdade sensória e expressiva em vez de uma igualdade apenas legal ou econômica.

Rancière (2006, 2009) afirma que a importância da escrita (e da leitura) não está necessariamente na produção do conteúdo das mensagens e representações, mas sua associação a outro regime sensível: o arroubo, a urgência apaixonada, o sentimento de afetação coletiva que conecta o sujeito a uma comunidade mais ampla de atos de pensamento e criação, de palavra e de escuta que se chamam e se respondem. Para ele, referindo-se à *Noite dos Proletários*, o que o operário (neste caso, o estudante) alcança com a leitura e a escrita é também a capacidade de se conectar a uma comunidade sensível parcial, aleatória e que não se vincula necessariamente à classe social, mas que permite pequenas invenções no ato mesmo de fazer circular histórias, objetos e enunciados, multiplicando as racionalidades disponíveis no gesto de conferir uma forma singular à capacidade de fazer e dizer que pertence a todos.

As matérias analisadas do jornal *El País Brasil* (Figura 3) e do portal *Jornalistas Livres* (Figura 4) coincidem em sua espacialidade e temporalidade (vemos os mesmos jovens e cartazes), embora se diferenciem com relação ao suporte e forma de veiculação. Elas mostram, em um primeiro plano nítido, corpos em ação, bocas que enunciam, em um misto de grito e sorriso, desejos, sonhos e vontades. É um enquadramento que privilegia a interpelação e, portanto, convoca o leitor à interlocução. A urgência de recusar a reorganização escolar e de expressar uma política “apesar de tudo” remete à clara possibilidade de recontar a história por eles vivida. Revela também os devires minoritários de multiplicidade envolvidos na fabulação de um “como se” que enfrenta o ditame “é o modo como as coisas são”.

O método da igualdade, segundo Rancière (2009), pode detectar e destacar as narrativas que devem ser apreciadas, não só como documentos históricos de certo regime de verdade, mas como proferimentos acerca de como se produzem mudanças na partilha policial do sensível a partir do trabalho fabulador do “como se”.

Nesse sentido, Rancière (2000a) chama de poética do conhecimento uma operação dissensual que retira objetos e palavras de seu lugar habitual no cotidiano e nos quadros interpretativos convencionais e os desloca para o campo das invenções de formas diversas de linguagem, de manifestação e argumentação – invenções que caracterizam a comunicação como uma rede de traduções e contratraduções. Essa operação dissensual e política sobre objetos materiais os mais diversos (imagens, textos, depoimentos, utensílios cotidianos etc.) questiona uma leitura consensual, que constantemente torna tais objetos invisíveis e indisponíveis ao pensamento, extraíndo-os de seu lugar designado. Isso seria a democracia para Rancière (2000a), ou seja, o desenraizamento das palavras

de uma plataforma que separa aqueles que podem e não podem ter acesso aos sentidos, promovendo uma abertura de acesso a todos.

Figura 3



Fonte: Jornal *El País Brasil*, 15 out. 2015 (online). Crédito da foto: D. Oliveira/Folhapress.

Os cartazes e as *performances* dos secundaristas mostram como a emancipação está ligada ao acesso e à construção relacional de um mundo comum por meio do trabalho com a linguagem implicada na *performance* da aparência pública, mas sem nos esquecermos que vulnerabilidade e agência andam juntas e diferentemente distribuídas entre os indivíduos e grupos (BUTLER, 2011, 2015). Assim, conforme Goodwin, Jasper e Polletta (2009), os corpos precisam ocupar as ruas para que a potência política de um movimento surja também dos dispositivos de visibilidade que definem e impõem constrangimentos aos modos como se constroem, na imagem, possibilidades de apresentação e de aparência dos indivíduos determinadas por certa partilha consensual e policial do sensível.

Figura 4 – Protesto de estudantes



Fonte: Matéria publicada no portal *Jornalistas Livres*, em 9 out. 2015 (*online*). Crédito da foto: Mídia Ninja.¹⁰

Nesse sentido, é importante recorrer também, nesta análise, ao conceito de *literarity*, desenvolvido por Rancière (2000a). A *literarity* nomeia um modo de circulação da escrita pautado em um excesso de palavras, um princípio de desordem, uma potencialidade comum de experiência individual e coletiva, o poder do *demos* de alterar a distribuição de palavras (partilha política do sensível). A questão da política da literaridade em Rancière não está ligada diretamente à fala ou escrita, mas à acessibilidade e disponibilidade da escrita (ação de escrever) a todos. O excesso de palavras desafia um sistema que condiciona a expressão e a recepção de textos e imagens.

Ou seja, a literalidade refere-se, ao mesmo tempo, a um excesso de palavras disponíveis em relação à coisa nomeada; ao excesso relacionado aos requerimentos para a produção da vida; e finalmente, ao excesso de palavras diante dos modos de comunicação que funcionam para legitimar a própria ordem adequada (RANCIÈRE, 2000a, p. 115).

A escrita e fabricação tosca dos cartazes coloca em jogo uma forma de apropriação e circulação não controlada da palavra (que tanto é efêmera em sua materialidade

¹⁰ Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/2015/10/pm-prende-quatros-em-protesto-contra-reorganizacao-escolar-de-alckmin/>. Acesso em: 29 jun. 2018.

quanto duradoura na narratividade que produz) que provoca um curto-circuito na legitimidade usual de seu controle. Trata-se aqui de perceber que a palavra não pode ser controlada, ela vai para lugares que não deveria ir, incluindo as mãos/olhos daqueles que não deveriam manejá-la. O jogo da palavra desierarquizada mostra que o poder nela contido pode ser retomado e desviado por qualquer um.

As cenas de dissenso capturadas pelas duas últimas imagens tornam a autoexposição uma dimensão do processo de subjetivação política. A subjetivação se caracteriza, nos estudos de Foucault (2010, 2014), a partir dos procedimentos por meio dos quais um indivíduo se “apropria de si”, transformando-se em sujeito de suas próprias práticas e construindo a si mesmo a partir de uma perspectiva ética que se busca distanciar-se das regulações e normatividades do Estado. Foucault aposta em uma apropriação criativa de si, na qual os sujeitos são capazes de dirigir suas condutas e posicionamentos sociais.

A subjetivação está associada à transformação política de si, ou seja, de um sujeito que assume o risco de falar a verdade, expressando o que realmente pensa e conectando-se ao enunciado e à enunciação de modo a não só produzir efeitos sobre os outros, mas a “afetar o objeto da enunciação, produzindo uma transformação existencial” (LAZZARATO, 2014, p. 151) escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo.

Por outro lado, também se pode observar nas duas últimas imagens que, apesar de elas se referirem ao mesmo protesto, com os mesmos estudantes, a escolha das fotografias faz com que pareçam eventos distintos. O jornal *El País Brasil* destacou na imagem os estudantes brancos. Embora os estudantes negros fossem maioria nos protestos dos secundaristas, na imagem escolhida para ilustrar a matéria no jornal nenhum negro aparece. Já na imagem publicada pelo *Jornalistas Livres*, uma menina negra é destaque na fotografia.

Tal forma de editar as imagens também é uma forma de (in)visibilizar parte importante dos corpos presentes no movimento: os corpos negros. Mbembe (2018a; 2018b), baseando-se em Foucault, defende que o racismo tem um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder. Dessa forma, o controle dos corpos e de sua aparição no espaço público é uma das formas de manter certa ordem e soberania.

Um rosto humano autêntico é convocado a aparecer. O trabalho do racismo consiste em relegá-lo ao segundo plano ou cobri-lo com um véu. No lugar desse rosto, faz-se emergir das profundezas da imaginação um rosto de fantasia, um simulacro de rosto e uma silhueta

que, desse modo, tomam o lugar de um corpo e um rosto humanos. O racismo consiste, pois, em substituir aquilo que é por algo diferente, uma realidade diferente (MBEMBE, 2018b, p. 69).

Não é só a substituição dos rostos e dos corpos negros que está em jogo nessas cenas escolhidas para ilustrar a matéria, mas também o uso da linguagem, da palavra, da imagem como coloca Mbembe (2018b). Para ele, as imagens não mais evidenciam os sujeitos, suas vidas e condições de existência, mas existem desatreladas da realidade, do sofrimento e do apagamento imposto pelo racismo.

Assim, ainda que as duas últimas imagens tragam os estudantes em primeiro plano, trazendo-os, junto com seus cartazes, para a visibilidade e trazendo seus corpos de forma individualizada, ainda que pertencente ao corpo coletivo, para a configuração da potência do movimento dos secundaristas, ao invisibilizar parte desses estudantes, a imagem perdeu seu vínculo com a realidade e com os próprios sujeitos que ali se destacam.

Considerações finais

As manifestações insurgentes dos secundaristas em 2015 foram marcadas, dentre outros inúmeros fatores, pela transformação das ruas em cenas conflituosas de enunciação e demonstração de diferentes tipos de injustiças percebidas e sofridas por grupos e indivíduos que as nomearam em uma multiplicidade de cartazes, faixas e bandeiras. É possível afirmar, a partir das reflexões de Rancière (1995, 2000a, 2000b), que tais manifestações revelaram uma poética de criação dessas cenas, da emergência de mundos nos quais sujeitos e objetos antes não figurados se tornam visíveis e suas palavras são consideradas através, sobretudo, da escrita.

Esse trabalho de criação de dissenso constitui uma estética da política que age na reconfiguração do que é dado no sensível, operada por um sujeito político dotado de capacidades enunciativas e demonstrativas para alterar a relação entre o visível e o dizível, entre palavras e corpos, entre a saturação e o suplemento. Não se trata simplesmente de apontar formas ideológicas de camuflar desigualdades, mas de nomear e tornar visíveis e verificáveis as experiências singulares que tornam uma condição intolerável.

O registro escrito e criativo das demandas dos manifestantes em cartazes pode ser avaliado, na perspectiva de Rancière (1995), como um ato que dissocia o corpo da palavra proferida, libertando o enunciado dos modos legítimos do falar e do ouvir. As palavras escritas nos cartazes podem ser apropriadas por

qualquer um, configurar nova cena de fala, colocar-se à disposição, além de caracterizar a indeterminação simultânea da referência original do enunciado e da identidade do enunciador. A escrita é aquilo que, ao separar o enunciado da voz que o enuncia e ao buscar legitimidade no encontro com outro (ainda que este outro não se disponha a considerá-la), vem embaralhar qualquer relação ordenada do fazer, do ver e do dizer.

Referências

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. **Bulletin of American Research**, Oxford, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017. <https://doi.org/10.1111/blar.12470>

ALTHEMAN, Francine; MARQUES, Ângela; MARTINO, Luis Mauro. Comunicação nos movimentos insurgentes: conversações políticas on-line durante a ocupação de escolas em São Paulo. **Esferas**, Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste, v. 10, p. 81-94, 2017. <https://doi.org/10.31501/esf.v1i10.9332>

ATHAS, Fernanda; MACHADO, Leandro. Mistério sobre fim de escolas alimenta protestos de alunos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Cotidiano, p. B4, 14 de outubro de 2015. <https://doi.org/10.11606/d.47.2011.tde-07112011-125004>

BUTLER, Judith. Bodies in alliance and the politics of the streets. In: BLUMENKRANZ, C.; GESSEN, K. e outros. **Occupy! Scenes from Occupied America**. New York, Verso, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. **Vulnerability in resistance**. Duke University Press, 2016.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta**. Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832015000200019>

CASTRO, Lucia Rabello de. Entre a subordinação e a opressão: os jovens e as vicissitudes da resistência na escola. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo (org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 63-97, 2012.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos**. Crise e Insurreição. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DAY, R. From hegemony to affinity. **Cultural Studies**, v. 18, n. 5, p. 716-748, 2004.

DELLA PORTA, Donatella. **Social movements in times of austerity**: bringing capitalism back into protest analysis. Cambridge (UK): Polity Press, 2015. <https://doi.org/10.1080/13510347.2015.1135324>

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (eds.). **M. Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2001.75756>

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. **Passionate politics**: emotions and social movements. Chicago, University of Chicago Press, 2009. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226304007.001.0001>

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc e n-1 edições, 2014.

MARQUES, Ângela. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. **Discursos Fotográficos**, v. 10, p. 61-86, 2014. <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2014v10n17p61>

MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo (org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018b. <https://doi.org/10.18223/hiscult.v6i3.2175.s271>

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *In*: XXXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2015, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu (MG): Anpocs, 2015.

MONTEIRO, André. *SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por série*. Cotidiano, **Folha de S. Paulo** (on-line), São Paulo, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233990-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2018. <https://doi.org/10.11606/d.5.2004.tde-19092014-101620>

PALHARES, I.; TOLEDO, L. F.; VIEIRA, V. Medo de escolas fechadas cria onda de protestos em SP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Metr pole, p. A19, 10 de outubro de 2015. <https://doi.org/10.29381/0103-8559/2019290134-42>

RANCIÈRE, Jacques. **La m sentente – politique et philosophie**. Paris: Galil e, 1995. <https://doi.org/10.7202/040089ar>

RANCIÈRE, Jacques. Dissenting words: a conversation with Jacques Ranc re. **Diacritics**, v. 30, n. 2, p.113-126, 2000a. <https://doi.org/10.1353/dia.2000.0016>

RANCIÈRE, Jacques. Literature, politics, aesthetics: approaches to democratic disagreement. Interviewed by Solange Gu noun and James H. Kavanagh, **Substance**, n. 92, p. 3-24, 2000b. <https://doi.org/10.1353/sub.2000.0022>

RANCIÈRE, Jacques. Le coup double de l'art politis : entretien avec Gabriel Rockhill. **Lignes**, v.1, n.19, p.141-164, 2006. <https://doi.org/10.3917/lignes.019.0139>

RANCIÈRE, Jacques. Le travail de l' image. **Multitudes**, n. 28, p. 195-210, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. The method of equality: an answer to some questions. In: ROCKHILL, Gabriel; WATTS, Philip (eds.). **Jacques Ranc re: history, politics, aesthetics**. Durham and London: Duke University Press, p. 273-288, 2009. <https://doi.org/10.1215/9780822390930-018>

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. S o Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROSSI, Marina. Reforma escolar  s pressas leva estudantes  s ruas contra Alckmin. **El Pa s Brasil**, S o Paulo, 15 de outubro de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/14/politica/1444856641_364053.html. Acesso em: 29 jun. 2018. <https://doi.org/10.11606/t.42.2008.tde-28082008-165009>

SOUTO, Anna Luiza Salles; SILVA, Itamar (org.). **Democracy, citizenship and youth: towards social and political participation in Brazil**. London: Tauris Academic Studies, 2009. <https://doi.org/10.1017/S0022216X1000101X>

TATEMOTO, Rafael. PM prende quatro em protesto contra 'reorganiza o escolar' de Alckmin. **Jornalistas Livres**, S o Paulo, 9 de outubro de 2015. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/2015/10/pm-prende-quatro-em-protesto-contrareorganizacao-escolar-de-alckmin/>. Acesso em: 29 jun. 2018. <https://doi.org/10.11606/d.2.2012.tde-15082013-101420>

Dados das autoras:

Francine Altheman – franaltheman@gmail.com

Professora do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG) e Mestre em Comunicação na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero.

Endereço da autora:

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Rua Doutor Álvaro Alvim, 123, Vila Mariana, 04.018-010 – São Paulo (SP) – Brasil

Angela Cristina Salgueiro Marques – angelasalgueiro@gmail.com

Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). Pós-Doutorado em Ciências da Comunicação pela Université Stendhal, Grenoble III, e Doutorado em Comunicação Social pela UFMG.

Endereço da autora:

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6.627 - Sala 4.234 - 4º Andar, 31.270-901
– Belo Horizonte (MG) – Brasil